



CORRE CAMPO



Condraf quer mais Pronatec Campo **PÁG 3**

Ministro espera R\$ 1 bilhão para ANATER **PÁG 4**

Uma trajetória de lutas em Pernambuco

Em seu 25º aniversário, o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente de Pernambuco (Sintape) recebe a honrosa homenagem da Assembleia Legislativa do Estado.

Assim como outras instituições representativas da classe trabalhadora, o Sintape nasceu do bojo das lutas democráticas de 1988 e 1989. Desde sua gênese, envolveu-se com as lutas mais amplas da sociedade brasileira, no entanto, não deixando de manter

O Sintape possui uma estrutura sindical espalhada por todo o Estado



atenção às pautas mais urgentes da categoria.

Hoje, plenamente estabelecido em todo o Estado de Pernambuco, mantém uma rede de delegados e diretores por

todas as regiões, garantindo a voz da base e a participação, através dos nossos fóruns internos, plenárias e assembleias.

O Sintape orgulha-se de sua trajetória,

suas lutas e de representar uma parcela importante da base de servidores públicos de Pernambuco, responsáveis pelo cumprimento de diversas determinações da Constituição Federal, pela fiscalização e preservação do meio ambiente, pela assistência ao agricultor e pela elaboração das políticas públicas que impactam no cotidiano das pessoas.

É em nome de cada um dos trabalhadores e trabalhadoras de nossa base que podemos dizer: vale permanecer na luta!

Editorial



Confira a opinião do sindicato.

PÁG 2

Perpart



Luta pelas transferências.

PÁG 5

60 Anos de ATER



Confira a história da extensão rural.

PÁG 7

Risco de Vida



Luta da CPRH deu resultado.

PÁG 8



Editorial

O que parecia um sonho tornou-se realidade! Duas associações de empregados (Emater e IPA) e mais alguns servidores da Secretaria de Agricultura se unem e decidem, em meio a eferescência dos anseios de liberdade, autonomia, independência e luta incessante por melhorias salariais e dignidade, fundar em 06 de outubro de 1989, o SINTAPE.

Ao longo desses 25 anos muitos eventos e incidentes ocorreram, tais como greves históricas e intensas demandas judiciais que chegaram a comprometer até mesmo o patrimônio dos órgãos e a continuidade dos serviços oferecidos. É bem verdade que tivemos também momentos difíceis e lutas das quais nem sempre queremos lembrar... mas, fizeram e fazem parte da nossa história.

Porque não lem-

Você faz parte dessa história

brar a saída inexplicável dos companheiros fiscais da Adagro, após total empenho e esforço do Sintape para consolidar conquistas na agência? Tomaram a decisão de saírem do seu quadro social acreditando ser possível fundar um sindicato classista, o que não é possível, pois a legislação não permite. E porque não citar outros momentos difíceis e dolorosos? Como uma das greves do IPA onde não obtivemos o sucesso esperado, mas não perdemos a guerra e aprendemos a ser mais cuidadosos.

Uma das marcas mais fortes do Sintape ao longo desses anos tem sido a sua autonomia e independência política, ou seja, independente da cor partidária de quem esteja governando o estado, o Sintape tem ido em busca de apoios às reivindicações dos trabalhadores objetivando transformar

anseios em conquistas.

Se analisarmos a história do Sintape pelo ângulo das conquistas salariais e sociais, podemos enumerá-las dando uma simples olhadela em nossos contra-cheques: os auxílios creche, educação, material escolar; auxílio para filhos ou dependentes com alguma deficiência; os planos de saúde e odontologia; o vale alimentação/refeição; o adicional de insalubridade e gratificação de risco de vida; a taxa de interiorização; a redução sistemática de 6% para apenas 1% no vale transporte e os planos de cargos, salários e vencimentos.

No aspecto político, o Sintape tem participado efetivamente de diversos conselhos no âmbito federal, a exemplo da Coordenação Colegiada da FASER (Federação de Sindicatos e Associações de Servidores da Extensão

Rural do Brasil), do Comitê Nacional de Ater, do Comitê de Agroecologia, do Comitê Internacional da Agricultura Familiar e do Condraf. Hoje, o Presidente do Sintape é o Coordenador Geral da FASER.

No âmbito estadual também faz parte do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (CEDRS'S), Conselho de Administração do IPA, Mesa Permanente de Negociações do Governo do Estado de Pernambuco e do Fórum dos Servidores de Pernambuco, coordenado pela CUT.

Ao olharmos pelo retrovisor podemos ver que, apesar de tantos avanços e recuos, alianças e separações... **valeu a pena!**

Manoel Saraiva
Presidente do Sintape

Expediente

JORNAL CORRE CAMPO

// Novembro de 2014

Uma publicação do Sintape - Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Agricultura e Meio Ambiente de Pernambuco.

Fundado em 06 de outubro de 1989.

Jornalista Responsável: Jônatas Campos / DRT PE3411

Rua João Lacerda, 350 | Cordeiro, Recife, Pernambuco, Brasil. CEP 50711-280

Fones: (81) 3445.1648

www.sintape.org.br
www.twitter.com/sintape
sintape@sintape.org.br



DIRETORIA:

Presidente: Manoel Saraiva Marques (IPA) Vice-presidente: Antonio Fernando S. Pinheiro (Perpart) Secretário Geral: George Luiz de Oliveira (IPA) Suplente de Secretário Geral: Mallon Sampaio da Rocha (IPA) Diretor Financeiro: Antonio A. Fonseca Barros (Perpart) Suplente de Diretor Financeiro: Azarias de Assis Moreno (Perpart) Diretor de Imprensa: Carlos Alberto Vilela Barbosa (Perpart) Suplente de Diretor de Imprensa: Ademir Damião dos Santos (CPRH) Diretor Jurídico: Regivaldo J. Vitor da Silva (IPA) Suplente de Diretor Jurídico: Carlos Henrique da Costa (IPA) Diretor de Esportes: Aminadable Moreira da Silva (Perpart) Suplente de Diretor de Esportes: Adeildo Barbosa da Silva (Perpart) Diretor de Formação Sindical: Adailton Severino de Melo (IPA) Suplente de Diretor de Formação Sindical: Myrna Lúcia Ávila (CPRH) Diretora de Participação e Filiação: Maria Luciene Albuquerque (IPA) Suplente de Diretora de Participação e Filiação: Silvânia Maria da Silva (APAC).

CONSELHO FISCAL:

Efetivos: 1. Vilma Elias Monteiro (Perpart) 2. Genildo Silva do Nascimento (Perpart) 3. José Carlos dos Santos (IPA) Suplentes: 1. Sandra Lúcia de Lima (IPA) 2. Marília do Socorro Godoy (Adagro) 3. Carlos Marcelo Melo Machado (Perpart).



Condraf prioriza Pronatec Campo para 2015

No primeiro semestre de 2014, foram realizadas 10.414 matrículas em 42 cursos do Pronatec Campo, nenhuma delas no Estado de Pernambuco. Essa foi uma das constatações da última reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), realizada entre os dias 04 e 05 de setembro em Brasília. O presidente do Sintape, Manoel Saraiva, é membro do conselho representando a FASER (Federação de Sindicatos e Associações de Servidores da Extensão Rural do Brasil).

O Pronatec (Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica e Tecnológica e Emprego) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e

Em Pernambuco não foram oferecidas vagas nem cursos em 2014



tecnológica. O Pronatec Campo é uma oportunidade de cursos de formação profissional para os diversos públicos da agricultura familiar:

“Esperamos mais empenho dos governos estaduais para disponibilizar esses cursos para a população do campo, principalmente para os jovens. Há uma demanda pela qualificação, produtividade e segurança, portanto, todos os estados devem se interessar

e demandar cursos de acordo com as realidades de suas regiões. A oportunidade está aberta, basta interesse e empenho do gestor público”, explicou Saraiva.

Outro tema abordado e amplamente discutido foi o das Chamadas Públicas. Foram analisados os resultados das Chamadas Públicas 2013/2014, principalmente quais os problemas que ocasionaram um grande número de

propostas eliminadas. Constatou-se que a grande maioria era pela não comprovação curricular e a não comprovação de experiência profissional. Várias propostas para resolver esses problemas, assim como outras relacionadas aos formulários, foram acatadas.

Também buscou-se discutir o tema da caracterização dos agroecossistemas nas chamadas de assistência técnica e extensão rural.

Sistema de ATER se fortalece em todo Brasil

O presidente do Sintape, Manoel Saraiva, representou a FASER no 3º Seminário Paulista de Extensão Rural, realizado pela APAER (Associação Paulista de Extensão Rural). O seminário, considerado o mais importante e representativo da entidade, ocorreu entre os dias 20 e 21 de agosto deste ano.

Em dois dias de debates intensos, cerca de 150 pessoas, entre técnicos extensionistas, agricultores, professores, pesquisadores, es-

Técnicos em todo o Brasil debatem novos tempos para a extensão rural



tudantes e importantes lideranças de governo e da sociedade civil, construíram mais de uma centena de propostas no sentido de resgatar, fortalecer e valorizar a Ex-

tensão Rural no Estado de São Paulo.

Para Saraiva, eventos dessa magnitude refletem o novo momento pelo qual passa a extensão rural, com o im-

pulso da chegada de novos profissionais e com a expectativa positiva do funcionamento da ANATER (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural).



Ministro na assembleia da FASER: R\$ 1 bilhão para Anater em 2015

O ministro Miguel Rosseto, titular do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), garante que a partir de janeiro de 2015, a Anater (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), estará atuando a todo o vapor nas mais diversas regiões do Brasil e injetando quantia calculada em

R\$ 1 bilhão de reais em projetos que visam impulsionar os resultados da produção da agricultura familiar representada pelos assentados da reforma agrária, pescadores, extrativistas e pequenos trabalhadores do setor agropecuário brasileiro, de uma forma geral.

Miguel Rosseto

participou da assembleia geral que a FASER realizou, entre 11 e 15 de agosto, em Brasília. O ministro anunciou que a agência, além de estimular o setor da agricultura familiar, deverá priorizar investimentos que beneficiem, mais diretamente, as mulheres agricultoras e a juventude rural.

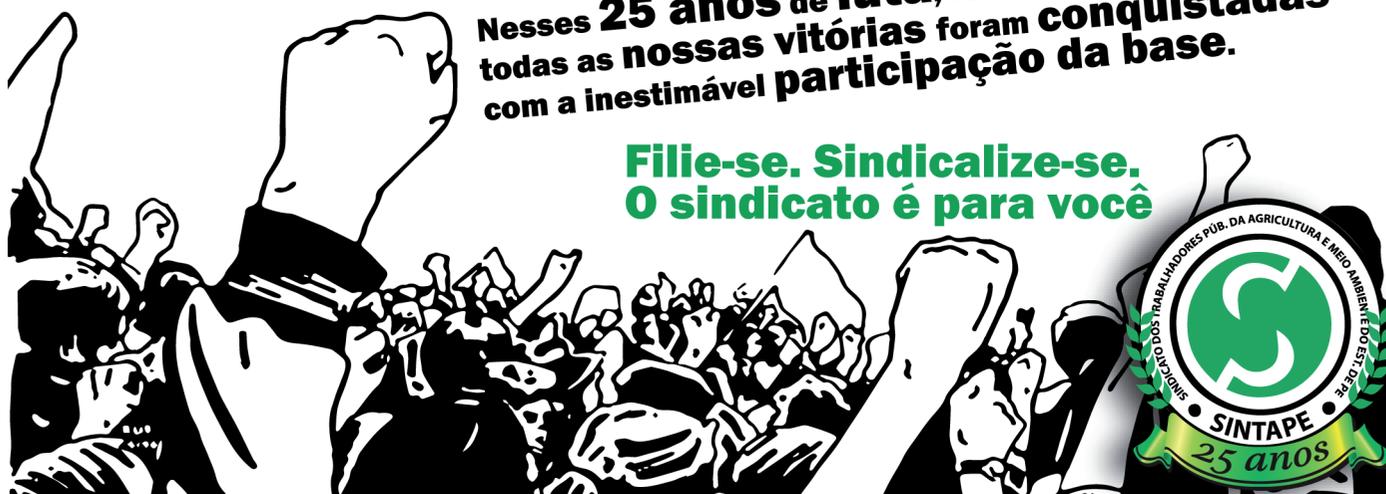
Manoel Saraiva, presidente do Sintape e coordenador geral da FASER, esteve no encontro e garantiu que os sindicatos filiados à federação estarão empenhados em fiscalizar, contribuir e trabalhar para que a extensão rural dê um salto de qualidade e de abrangência em todo o Brasil.

Sindicatos filiados à FASER terão papel importante na fiscalização



Nesses **25 anos** de luta, temos uma certeza: todas as **nossas vitórias** foram conquistadas com a inestimável **participação da base.**

Filie-se. Sindicalize-se. O sindicato é para você





Ministério Público do Trabalho recomenda ao IPA suspensão de transferências

Funcionários da Perpart vêm lutando há vários anos



O Ministério Público de Contas de Pernambuco apresentou denúncia contra a Lei Complementar Estadual 284/2014, que trata da migração dos empregados da Perpart (Pernambuco Participações e Investimentos S/A) para o IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco). A lei foi considerada inconstitucional.

Em audiência realizada em 21 de outubro, a Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região expôs aos gestores do IPA que, em seu entendimento, a lei é um “artifício de fazer a transferência de empregos públicos” sem concurso público. Os 133 empregados da Perpart que optaram pela transferência poderão ser atingidos pela recomendação

da procuradoria. Mesmo assim, o IPA vai manter o processo em andamento.

O Ministério Público de Contas também levantou a suspeita de que foram utilizados critérios subjetivos para a escolha dos que iriam ser transferidos. “Pelo exposto, se requer, com urgência, a propositura da necessária Ação Civil Pública, com pedido de liminar, para

suspender o ingresso sem concurso destes empregados públicos na empresa estadual IPA”, diz a ação.

O Sintape, sua assessoria jurídica e o MESIF (Movimento dos Empregados Sem Identificação Funcional) realizarão reuniões com os interessados para definir os próximos passos relacionados à migração.

Sindicato negocia com Perpart pontos do Acordo Coletivo de Trabalho

Embora não haja neste ano de 2014 discussões sobre o ACT (Acordo Coletivo de Trabalho), tendo em vista que as negociações de 2013 ainda estão valendo para este ano, o Sintape vem questionando e promovendo debates sobre alguns pontos.

O sindicato exige

o cumprimento da Cláusula 23ª do ACT, que prevê a criação de uma comissão de revisão do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) da Perpart.

Também, continua discutindo a complementação ao reajuste de 12% sobre o plano de saúde da Unimed cujo

aumento ultrapassou os 7,5% definido no acordo. O Sintape solicitou à Perpart conhecer o valor total das faturas dos planos de saúde, assim como o valor da contrapartida repassada pela empresa, para continuarmos as negociações.

O Sintape também solicitou que a

Perpart realizasse uma consulta à Procuradoria Geral do Estado (PGE) no que se refere à incorporação de gratificações de empregados que exerceram funções gratificadas por mais de 10 anos ininterruptos. O sindicato vai continuar aguardando um posicionamento.



Sintape amplia responsabilidades e desafios para nova diretoria

Uma reunião participativa, utilizando-se de técnicas de moderação e amplo debate para garantir um diálogo sobre os rumos do Sintape para os próximos quatro anos. Assim foi nosso Planejamento estratégico, realizado no Centro

de Treinamento do IPA, o Cetreino, em Carpina, entre os dias 30 de julho e 1º de agosto deste ano.

A reunião contou com a presença de dirigentes do IPA e com palestra do deputado federal João Paulo (PT), ex-presidente da CUT e

do Dr. Argileu Martins, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER/MDA).

Os debates entre diretores e delegados resultaram em nova "missão", "visão de futuro" e "valores" para o sintape.

Seminário produziu diretrizes para quadriênio 2014/2017.



Missão do Sintape

"Representar e defender os interesses da categoria na ampliação dos seus direitos socioeconômicos, interagindo com a sociedade civil e o governo, para a melhoria da sua qualidade de vida e da sociedade".

Visão de futuro do Sintape

"Ser uma instituição sindical de referência em defesa de sua categoria e das políticas públicas de interesse da sociedade, com transparência e excelência nas suas ações, conquistas asseguradas e fortalecida política e socialmente".

Valores do Sintape

"Transparência; confiança; solidariedade; responsabilidade; perseverança; compromisso com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras; lealdade; unidade; liderança; respeito".

Sessenta Anos da Extensão Rural em PE

Vilela



Por: **Carlos Alberto Vilela Barbosa**
(Diretor de Imprensa)

Criada oficialmente no Brasil no ano de 1948, no Estado de Minas Gerais com o nome de ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), a Extensão Rural surgiu como alternativa para apoiar as famílias rurais no desenvolvimento de atividades econômicas e sociais em suas propriedades. Apoiada em uma metodologia de trabalho participativa, utilizava como ferramenta principal o Crédito Rural Supervisionado.

Apoiando-se num processo de educação informal, a ACAR tinha como lema **Ensinar a Fazer, Fazendo**. Seus trabalhos orientando as famílias rurais, com repercussões no seu progresso econômico e social, foram reconhecidos e demandados para outros estados e regiões.

Assim, com o apoio do BNB (Banco do Nordeste), Banco do Brasil e a AIA (Associação Internacional Americana), foi criada em 1954 a ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural), para garantir esses serviços às famílias rurais nordestinas, principalmente àqueles considerados pequenos e médios produtores.

A ANCAR, com sede em Recife, tinha atuação em âmbito regional, instalando seus primeiros escritórios em Pernambuco e Alagoas. Entidade sem fins lucrativos, vivia do estabelecimento de convênios com instituições nacionais e internacionais, públicas ou privadas.

Não tardou para que os serviços de extensão rural se expandissem para outras regiões do país. Em 1956, nasceu a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e

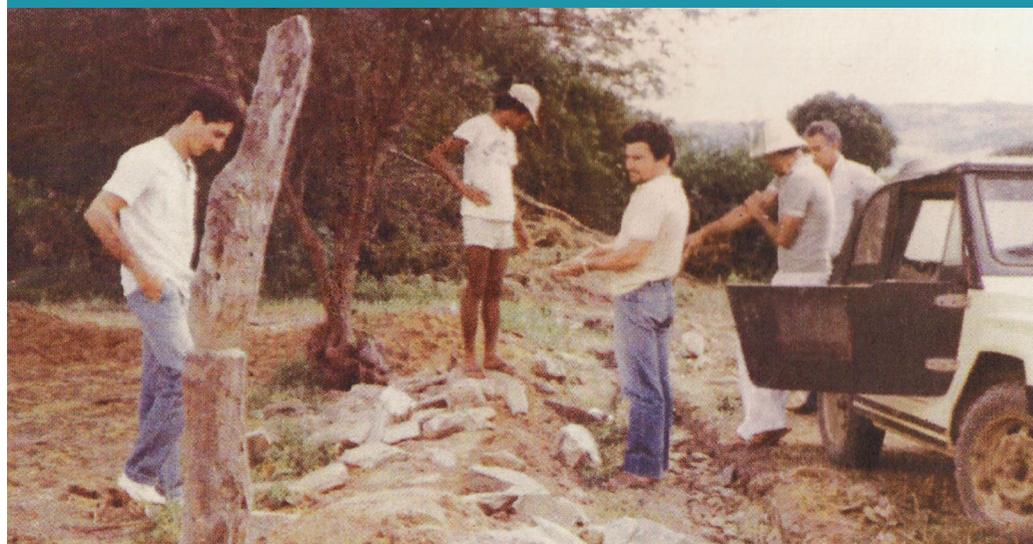
alternando momentos de reconhecimento e de dificuldades, notadamente pelos ajustes na forma de atuar e na definição do público a assistir, reflexos dos modelos de desenvolvimento definidos para a implantação das políticas governamentais para o meio rural.

Extinta a Embrater em 1990, o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural ficou acéfalo, tendo cada Estado de assumir a responsabilidade pela continuidade dos trabalhos com grandes

oficial para garantir aos 315 mil agricultores familiares, os trabalhos de pesquisa, assistência técnica, extensão rural e de recursos hídricos.

É, portanto, este Instituto que, apoiado nas políticas públicas, assegura as orientações necessárias para que os agricultores familiares avancem no seu processo de desenvolvimento econômico e social, melhorando suas rendas e propiciando um melhor bem-estar a todos os membros de suas famílias.

Lema do início da extensão rural: ensinar a fazer, fazendo.



Assistência Rural) com o objetivo de coordenar o sistema.

Em meados da década de 1970, com o serviço de extensão rural já consolidado, o Governo Federal assumiu a responsabilidade de sua continuidade criando a Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) e estimulando cada estado a criar sua Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural).

O Sistema Embrater atuou durante 15 anos,

dificuldades na alocação de recursos, acarretando algumas extinções ou fusões de empresas, enfraquecendo o Sistema de ATER.

A extensão rural em Pernambuco não ficou imune a esta crise. Iniciada com a denominação de ANCAR, passou para ANCAR-PE, evoluiu para empresas públicas (Emater-PE e Ebape), abrigou-se na Sociedade de Economia Mista (Perpart S/A) e hoje, consolidou-se no IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco), órgão

O Sistema de Extensão Rural foi reorganizado no Brasil a partir de 2003 e hoje está consolidado com a criação da ANATER (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), instituição criada em 2013 com a missão de substituir a Embrater na coordenação nacional do sistema.

Certamente, com a solidez atual das instituições de ATER, o serviço será prestado aos agricultores familiares durante várias e futuras décadas.

Opinião

Por: **Ademir Damião Amorim dos Santos**
(Empregado Público da CPRH e suplente da Diretoria de Imprensa do Sintape)

Gratificação de risco de vida - conquista da luta na CPRH

O corpo funcional da CPRH possui um processo histórico de lutas para alcançar seus direitos e objetivos. Essas lutas vêm desde a época em que a CPRH era uma empresa de economia mista, continua agora na autarquia e mesmo depois da realização de concurso público, passando a ser constituída de servidores estatutários e os empregados públicos, celetistas, que compõem o quadro em extinção.

Em seus 25 anos, o Sintape sempre esteve ao lado dos funcionários da CPRH, acatando as

realizam as atividades de fiscalização ambiental, conquistam a gratificação de risco de vida é importante resgatar esta história de luta no âmbito da CPRH, lembrando que tal pagamento vem fazendo parte da pauta de reivindicações do corpo funcional da CPRH há alguns anos, incluindo durante a realização das duas últimas greves, mostrando que a categoria sempre teve nitidez de seus direitos.

Esta conquista não se deu de graça e por pura vontade da administração estadual, sendo decorrente da mobiliza-

Com a assinatura do termo, o Governo comprometeu-se em dar um parecer conclusivo sobre o pagamento da gratificação de risco de vida através do IRH (Instituto de Recursos Humanos) até outubro de 2013, fato não concretizado, levando a categoria a se mobilizar novamente no início de 2014. A ameaça de uma nova paralisação obrigou o IRH a agilizar a análise das documentações e tomada de decisão sobre o assunto, publicando a relação nominal dos estatutários que receberam gratificação a partir de ou-



Ademir

pagamento da gratificação de risco de vida, já que os mesmos foram incluídos no termo assinado entre Sintape e Governo.

O Sindicato compreende que a reivindicação do pagamento da gratificação de risco de vida não se concluiu na CPRH, restando o Governo reconhecer o direito de isonomia entre os estatutários e os celetistas que fazem atividades de fiscalização ambiental, estendendo o direito de recebimento de tal gratificação aos empregados públicos. O Sintape pretende realizar gestões junto a Secretaria de Administração e, se for o caso, contribuir em ações judiciais individuais ou coletivas.

A conquista do pagamento da gratificação de risco de vida para atividades de fiscalização é um bom momento. Essa conquista demonstra a importância de nossa organização coletiva, que certamente, passa pelo sindicato.

A luta de uma base forte e coesa, como vem ocorrendo nos últimos anos na CPRH, deve servir de exemplo para companheiros da Adagro, APAC e até servidores da própria agência que ainda não se envolveram em nossas lutas.

Fiscalização expõe funcionários a diversos riscos



decisões tomadas nas assembleias e contribuindo para que as mesmas fossem concretizadas, além de dar apoio durante as paralisações e greves.

No momento que os estatutários, que re-

ção e participação da maioria dos estatutários e dos empregados públicos na greve de 2013, que só foi encerrada com assinatura de um termo de compromisso entre o Sintape e o Governo do Estado.

tubro de 2014.

É importante ressaltar que as mobilizações e a greve na CPRH contribuíram para que os servidores da Adagro e APAC também fossem beneficiados com o pa-